

Portugal

Assegurar a igualdade de oportunidades para estudantes de diferentes meios socioeconómicos

- O estatuto socioeconómico pode ter um impacto significativo na participação dos estudantes na educação, particularmente nos níveis de ensino que mais dependem da despesa privada, tais como creches e educação pré-escolar, bem como o ensino superior. Em Portugal, as fontes privadas representaram 34% da despesa total nas instituições de educação pré-escolar, valor superior à média de 17% da OCDE. No ensino superior, a despesa privada representou 32% da despesa total, valor que compara com os 30% em média verificados entre os países da OCDE.
- Na maioria dos países da OCDE, o estatuto socioeconómico influencia mais os resultados escolares do que o género e o estatuto de imigrante. Em Portugal, a proporção de jovens do quartil inferior do índice PISA de estatuto económico, social e cultural (ESCS) que atingiram pelo menos o nível 2 em leitura em 2018 foi 29% inferior à dos jovens do quartil superior do ESCS (valor idêntico à média registada nos países da OCDE).
- Os estudantes de meios socioeconómicos mais vulneráveis mostram uma maior propensão a matricularem-se em cursos vocacionais – cursos de dupla certificação – do ensino secundário do que nos cursos gerais [*científico-humanísticos*]. Em Portugal, os estudantes sem qualquer progenitor com formação superior representavam 40% dos alunos matriculados em cursos de dupla certificação do ensino secundário, em comparação com 47% entre os matriculados em cursos de carácter geral.
- No ensino superior, a mobilidade internacional e o número de estudantes internacionais têm aumentado constantemente, atingindo cerca de 35.800 estudantes em Portugal, representando assim cerca de 10% dos estudantes do ensino superior em 2019. A maior parte dos estudantes internacionais do ensino superior a estudar em Portugal provém do Brasil. Os estudantes de países de rendimento baixo e médio-baixo são geralmente menos propensos a beneficiar de uma experiência de estudo no estrangeiro. Em 2019, representavam 29% dos estudantes internacionais nos países da OCDE, valor que compara com os 32% registados em Portugal.
- Em muitos países, grandes diferenças nos níveis de habilitações escolares podem levar a uma maior desigualdade de rendimentos. Em Portugal, 9% dos adultos com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos, com o nível de escolaridade completo inferior ao ensino secundário, têm rendimentos iguais ou inferiores a metade da mediana dos rendimentos em 2018, inferior ao valor médio registado na OCDE (27%).

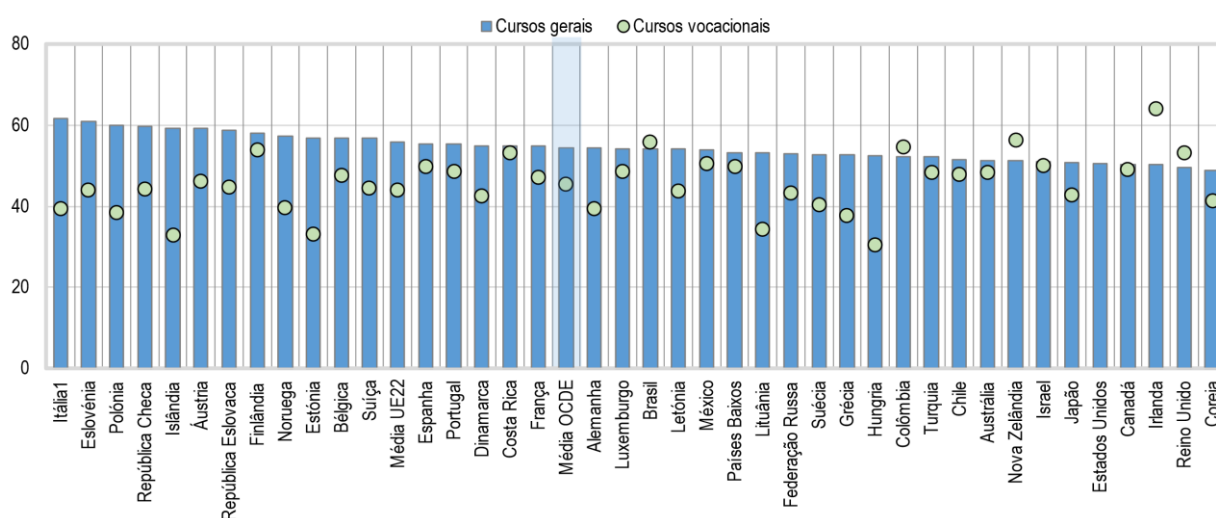
Desigualdades de género na educação e resultados

- Em Portugal, 5,6% dos alunos matriculados nos cursos gerais do 3.º ciclo do ensino básico e 7,2% dos alunos matriculados nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, repetiram um ano de escolaridade em 2019, valores que comparam com, respetivamente, 1,9% e 3% registados em média nos países da OCDE. Os rapazes são mais propensos a repetir um ano de escolaridade no 3.º ciclo do ensino básico do que as raparigas. Em Portugal, 60% dos alunos retidos no 3.º ciclo do ensino básico eram rapazes, valor ligeiramente inferior ao valor médio de 61% da OCDE. No ensino secundário, a percentagem de rapazes que repetem um ano de escolaridade em Portugal diminuiu para 52%, em comparação com os 57% registados em média nos países da OCDE.
- Os homens são mais propensos que as mulheres a optarem por uma via vocacional no ensino secundário, na maioria dos países da OCDE. Este é também o caso em Portugal, onde 51% dos alunos que concluíram um curso vocacional do ensino secundário eram homens (em comparação com a média da OCDE de 55%). As mulheres são geralmente mais propensas a concluírem ofertas de carácter geral do ensino secundário. Este é também o caso em Portugal, onde as mulheres representam 55% das conclusões de cursos científico-humanísticos do ensino secundário, valor idêntico ao observado em média nos países da OCDE (Figura 1).
- O ensino superior tem vindo a expandir-se nas últimas décadas e, em 2020, as mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos eram mais propensas do que os homens a ingressar no ensino superior em todos os países da OCDE. Em Portugal, 49% das mulheres de 25 a 34 anos tinham uma qualificação de nível superior em 2020, em comparação com 35% dos seus pares masculinos enquanto, em média, nos países da OCDE, essas percentagens eram respetivamente de 52% entre as mulheres e 39% entre os homens desse grupo etário.
- As diferenças de género na distribuição dos inscritos no ensino superior por áreas de educação e formação são significativas. As mulheres tendem a estar sub-representadas em certas áreas da ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM) na maioria dos países da OCDE. Em média, em 2019, 26% dos novos inscritos nos cursos de engenharia, indústrias transformadoras e construção e 20% nos cursos de tecnologias de informação e comunicação eram mulheres. Em Portugal, em 2019, as mulheres representavam 29% dos novos inscritos nos cursos de engenharia, indústrias transformadoras e construção e 17% nas tecnologias de informação e comunicação. Contrastando, representavam 77% dos novos inscritos nas áreas da educação, um sector tradicionalmente dominado por mulheres. Em Portugal, os homens representam 29% dos professores em todos os níveis de ensino, valor que compara com os 30% registados em média nos países da OCDE.
- Entre os jovens, as mulheres têm uma menor probabilidade de estarem empregadas do que os homens, particularmente as que têm baixos níveis de escolaridade. Em Portugal, em 2020, apenas 65% das mulheres entre os 25 e os 34 anos de idade, sem o ensino secundário completo, estavam empregadas, em comparação com 80% dos homens. Esta diferença de género é inferior à média registada nos países da OCDE, onde 43% das mulheres e 69% dos homens sem o diploma do ensino secundário estavam empregados.
- Em quase todos os países da OCDE e em todos os níveis de escolaridade, as mulheres com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos têm rendimentos inferiores aos dos seus pares masculinos: em média, os seus rendimentos correspondem a um valor entre 76% e 78% dos rendimentos dos homens. Esta proporção varia mais entre os níveis de escolaridade alcançados em cada país individualmente considerado do que, em média, entre os países da OCDE. Em comparação com outros níveis de ensino, em Portugal, a desigualdade salarial entre sexos é maior entre os diplomados do ensino superior, com as mulheres a auferirem rendimentos equivalentes a 73% dos auferidos pelos homens; por seu lado, as mulheres sem o ensino básico completo têm um rendimento que corresponde a 78% do rendimento dos homens com nível idêntico de habilitações escolares.

- Em média, nos países da OCDE, as mulheres são geralmente mais propensas do que os homens a participar em processos de educação e formação de adultos. Este não é, todavia, o caso de Portugal, onde, em 2016, 45% das mulheres participaram em processos de educação e formação formal e/ou não formal, em comparação com 48% dos homens. As responsabilidades familiares foram relatadas como barreiras à participação em processos de aprendizagem ao longo da vida por 40% das mulheres e 23% dos homens.

Figura 1. Conclusões no ensino secundário – mulheres, por orientação do curso (2019)

(Em valores percentuais)



1. Inclui o ensino pós-secundário não-superior.

Os países encontram-se por ordem decrescente da proporção de mulheres em programas/cursos gerais.

Fonte: OCDE (2021), Tabela B3.1. Ver a secção da *Fonte* para mais informações e o Anexo 3 para as notas (https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2021_Annex3_ChapterB.pdf).

Educação e antecedentes migratórios

- Em média, nos países da OCDE, os adultos nascidos no estrangeiro, com idades compreendidas entre os 25 e os 64 anos representam: 22% de todos os adultos sem o ensino secundário completo; 14% dos adultos que atingem um nível secundário ou pós-secundário não superior; e 18% dos adultos com formação superior. No entanto, em Portugal, é entre os adultos que concluíram o ensino secundário ou pós-secundário não superior que a percentagem de adultos nascidos no estrangeiro é maior (15% em 2020).
- Os adultos nascidos no estrangeiro têm maior dificuldade em encontrar um emprego do que os seus pares, enfrentando problemas linguísticos, de reconhecimento dos diplomas e de competências requeridas pelo mercado de trabalho. Assim, a probabilidade de um trabalhador nascido no estrangeiro aceitar um salário de reserva mais reduzido – salário mais baixo que um trabalhador estará disposto a aceitar para o exercício de determinadas funções profissionais – é elevada. Estes fatores podem explicar que, em muitos países, a taxa de emprego de adultos nascidos no estrangeiro com baixo nível de qualificações escolares ser mais elevada do que a dos seus pares nacionais. Em média nos países da OCDE, entre os adultos cujo nível de escolaridade completo mais elevado é o 3.º ciclo do ensino básico, 57% dos adultos nascidos em território nacional estão empregados, valor inferior aos 61% dos adultos nascidos no estrangeiro. Em Portugal, a taxa de emprego dos adultos nascidos no estrangeiro sem

habilitações de nível secundário era 75% em 2020, superior à dos adultos nascidos no país, com idênticas habilitações (69%).

- A probabilidade de um indivíduo estar empregado aumenta com o nível de escolaridade mais elevado que conseguiu completar, mas os adultos nascidos no estrangeiro com habilitações superiores em geral têm perspectivas de emprego mais reduzidas que os nacionais. Em média nos países da OCDE, 86% dos adultos nascidos no território nacional com habilitações académicas de nível superior estão empregados, em comparação com 79% dos adultos nascidos no estrangeiro com o mesmo nível de habilitações. Em Portugal, entre os adultos que concluíram um curso de ensino superior, 89% dos nascidos no território nacional e 84% dos nascidos no estrangeiro estão em situação de emprego. Uma vez que os adultos nascidos no estrangeiro que chegaram ao país numa idade precoce fizeram alguns anos de escolaridade no sistema educativo do país de acolhimento e obtiveram diplomas reconhecidos por esse país, a sua inserção no mercado de trabalho é melhor ou mais facilitada que a dos que chegaram numa idade mais avançada e/ou com uma qualificação obtida no exterior. Em Portugal, entre os adultos nascidos no estrangeiro com habilitações de nível superior, 89% dos que chegaram ao país aos 15 anos de idade estão em situação de emprego, enquanto 79% dos que chegaram aos 16 ou mais anos de idade estão nessa situação.
- Os jovens adultos nascidos no estrangeiro (com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos) são também mais propensos a não estarem nem em situação de emprego nem em educação ou formação (NEET), em comparação com os jovens adultos nascidos no território nacional. Em média, nos países da OCDE, 18,8% dos jovens nascidos no estrangeiro e 13,7% dos adultos nascidos em território nacional são NEET. Em Portugal, a diferença é de 3 pontos percentuais (13,8% vs. 10,8%). A chegada precoce ao país está geralmente associada a um menor risco de um indivíduo se tornar NEET. Em Portugal, a percentagem de NEET entre os jovens adultos nascidos no estrangeiro que chegaram até aos 15 anos de idade é de 12%, enquanto a percentagem de NEET entre os que chegaram ao país com 16 ou mais anos de idade é de 17%.

Disparidades na educação entre regiões

- Em cada país, os dados nacionais escondem frequentemente importantes desigualdades no acesso e participação na educação, por parte das crianças e jovens das diferentes regiões. Em geral, as desigualdades entre regiões tendem a alargar-se em níveis de ensino não obrigatórios. Por exemplo, na maioria dos países, as variações regionais nas taxas de escolarização de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos [*inscritas na educação pré-escolar*] são frequentemente maiores do que as variações registadas entre os alunos com idades compreendidas entre os 6 e os 14 anos [*matriculados no ensino básico*]. É o caso de Portugal, onde as taxas de escolarização relativas a crianças dos 3 e os 5 anos de idade variam entre os 83% e os 100%, consoante a região, enquanto as taxas de escolarização relativas a alunos dos 6 e os 14 anos de idade variam entre 93% e os 100%. De igual forma, as taxas de escolarização de alunos com idades compreendidas entre os 15 e os 19 anos variam entre os 75% e os 100%, entre regiões, em Portugal.¹
- Estas disparidades regionais também tendem a ser mais significativas no ensino superior. Em Portugal, a proporção da população entre os 25 e os 64 anos com habilitações superiores varia entre 16% na Região Autónoma dos Açores e 38% na Área Metropolitana de Lisboa (uma das mais baixas variações regionais entre os países da OCDE com dados disponíveis).

¹ Estes valores deverão ser lidos com os devidos cuidados, pois resultam da utilização de diferentes tipos de dados: por um lado, dados administrativos, resultantes de *censos escolares* anualmente efetuados junto das escolas; por outro, estimativas da população residente.

- Em média, nos países membros ou parceiros da OCDE onde existem dados subnacionais sobre a situação no mercado de trabalho, verificam-se maiores variações regionais nas taxas de emprego entre os indivíduos com níveis de escolaridade completos mais reduzidos (17%) do que para os que tem níveis de escolaridade completos mais elevados (8%). Em Portugal, há uma diferença de 6 pontos percentuais (pp) na taxa de emprego de adultos com habilitações inferiores ao 3.º ciclo do ensino básico, entre as diferentes regiões do país, em comparação com 8 pp para adultos que concluíram o ensino superior.
- A proporção de jovens NEET mostra uma variação significativa, tanto subnacional como nacional, entre países da OCDE e países parceiros. Em Portugal, 15 pp separam as regiões com a maior e a menor proporção de jovens NEET, entre os 18 e os 24 anos, em comparação com 11 pp no conjunto dos países da OCDE.

COVID-19: 18 meses de pandemia

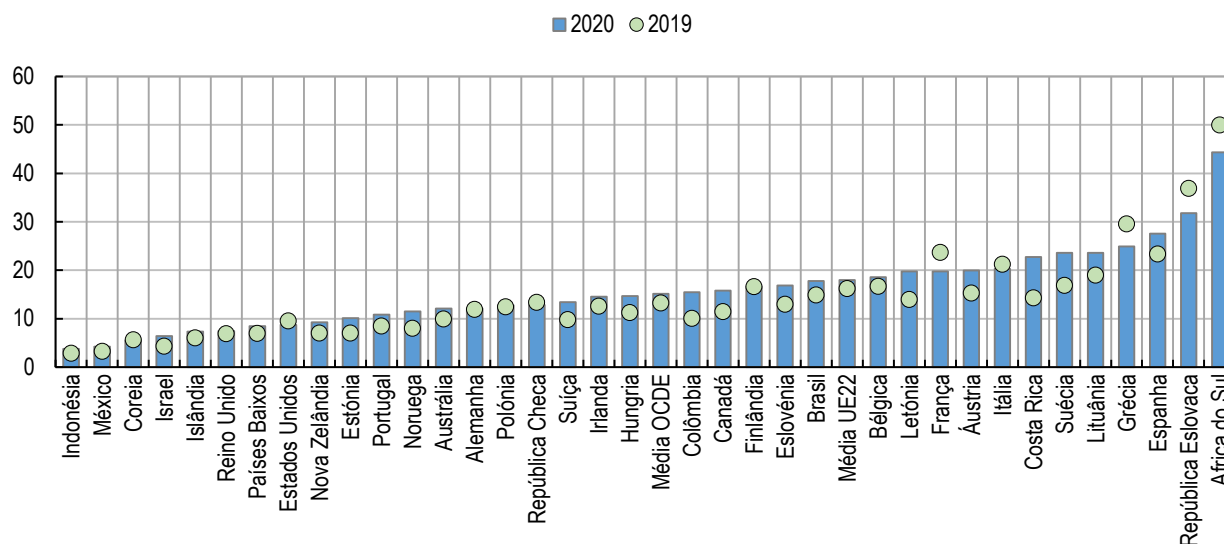
- Em 2021, a propagação da COVID-19 continuou a impedir o acesso à educação presencial em muitos países de todo o mundo. Em meados de maio de 2021, 37 dos países membros ou parceiros OCDE tinham experimentado períodos de encerramento escolar completo desde o início de 2020. Em Portugal, os períodos de encerramento iniciaram-se em março de 2020.
- O número de dias de instrução em que as escolas estiveram completamente fechadas desde o início de 2020 devido à pandemia (excluindo férias escolares, feriados e fins de semana) variou significativamente entre países, aumentando com o nível de ensino. Portugal segue este padrão. Em Portugal, os jardins-de-infância estiveram encerrados durante uma média de 69 dias entre 1 de janeiro de 2020 e 20 de maio de 2021. Entretanto, o regime presencial esteve suspenso: no 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 87 dias; no 3.º ciclo do ensino básico, 97 dias; e nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário, 92 dias. Em comparação, os encerramentos no espaço OCDE tiveram uma duração média de, respetivamente, 55, 78, 92 e 101 dias.
- Durante os períodos de encerramento das escolas em 2020, 21 dos países membros ou parceiros da OCDE optaram por assegurar, a nível nacional, a lecionação dos cursos gerais do ensino secundário através de meios virtuais. No entanto, em 4 destes países, incluindo Portugal, os dias de ensino à distância não foram consideradas como equivalentes a um dia completo de ensino presencial. A forma como as plataformas online funcionaram durante o encerramento das escolas variou entre países. Em Portugal, as decisões sobre como as plataformas online deveriam funcionar foram tomadas a nível local – com o apoio do Ministério da Educação – desde a educação pré-escolar até ao ensino secundário.
- O impacto da COVID-19 e do encerramento de estabelecimentos de ensino na equidade escolar tem sido uma preocupação em muitos países. 30 dos 36 países membros ou parceiros da OCDE inquiridos, incluindo Portugal, declararam que foram tomadas medidas adicionais para apoiar a educação das crianças e alunos que poderiam enfrentar barreiras adicionais à aprendizagem durante a pandemia. 22 destes países, incluindo Portugal, declararam que tinham subsidiado dispositivos para ajudar os estudantes a aceder às atividades educativas. Medidas para encorajar os estudantes desfavorecidos ou vulneráveis a regressar à escola após os encerramentos foram também implementadas em 29 países, inclusive em Portugal.
- Os países têm enfrentado decisões difíceis sobre a melhor forma de gerir os seus recursos para garantir que os estudantes possam continuar a ter acesso a uma educação de qualidade nas condições mais seguras possíveis, e para minimizar a perturbação dos processos de aprendizagem. Antes da pandemia, a despesa pública total nos ensinos básico, secundário e pós-secundário não superior em Portugal atingiu 3,4% do produto interno bruto (PIB) em 2018, valor superior à média da OCDE que se cifrou em 3,2%. Cerca de dois terços dos países membros ou parceiros da OCDE comunicaram aumentos no financiamento atribuído às escolas

básicas e secundárias para as ajudar a enfrentar a crise em 2020. Em comparação com o ano anterior, Portugal reportou um aumento no orçamento da educação do ano fiscal para o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e cursos gerais do 3.º ciclo do ensino básico, tanto em 2020 como em 2021.

- 20 dos países membros ou parceiros da OCDE, incluindo Portugal, declararam que a atribuição de fundos públicos adicionais para apoiar a resposta educacional à pandemia se baseava no número de estudantes ou de turmas. Ao mesmo tempo, 16 países, entre os quais Portugal, destinaram fundos adicionais a estudantes socioeconomicamente desfavorecidos como forma de garantir que os recursos visavam aqueles que mais precisavam deles.
- A abordagem dos países para dar prioridade aos professores nas campanhas de vacinação contra a COVID-19 tem variado. No total, 19 dos países membros ou parceiros da OCDE, incluindo Portugal, deram prioridade aos professores como parte dos planos do governo para vacinar a população (a partir de 20 de maio de 2021). Em Portugal, a vacinação dos professores começou a 27 de março de 2021.
- O impacto da pandemia na economia suscitou preocupações sobre as perspetivas dos jovens adultos, especialmente daqueles que abandonam a educação e a formação mais precocemente. Em Portugal, a taxa de desemprego entre os jovens com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos de idade com habilitações inferiores ao ensino secundário foi de 10,9% em 2020, o que representa um aumento de 2 pp em relação ao ano anterior. Este aumento foi semelhante à média da OCDE, onde a taxa de desemprego juvenil em 2020 foi de 15,1%, o que representou um aumento de 2 pp em relação a 2019 (Figura 2).
- Ao mesmo tempo, o número de adultos participantes em processos formais ou não formais de educação e formação diminuiu, em média, 27% entre o segundo trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2020 (ou seja, durante o pico da primeira vaga da COVID-19 em muitos países da OCDE). Do mesmo modo, a participação de adultos em processos formais ou não formais de educação e formação neste período, em Portugal, diminuiu 19%.
- Apesar do impacto da crise sobre o emprego, a percentagem de jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos na situação NEET não teve um aumento significativo na maioria dos países da OCDE e parceiros durante o primeiro ano da crise da COVID-19. Em média, a percentagem de jovens NEET, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, nos países da OCDE, aumentou de 14,4% em 2019 para 16,1% em 2020. Em Portugal, os valores registados foram inferiores: 12,9% em 2019; 14,5% em 2020.

Figura 2. Taxa de desemprego entre indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, com nível de escolaridade completo inferior ao ensino secundário (2019 e 2020).

(Em valores percentuais)



Compare o seu país: <https://www.compareyourcountry.org/education-at-a-glance-2021/en/2/3044+3045+3046/trend//OAVG>

Os países estão encontrados por ordem crescente da taxa de desemprego dos indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 34 anos, com níveis de escolaridades completos inferiores ao ensino secundário em 2020.

Fonte: OCDE (2021), Tabela A3.3. Ver a secção da Fonte para mais informações e o Anexo 3 para as notas (https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2021_Annex3_ChapterA.pdf).

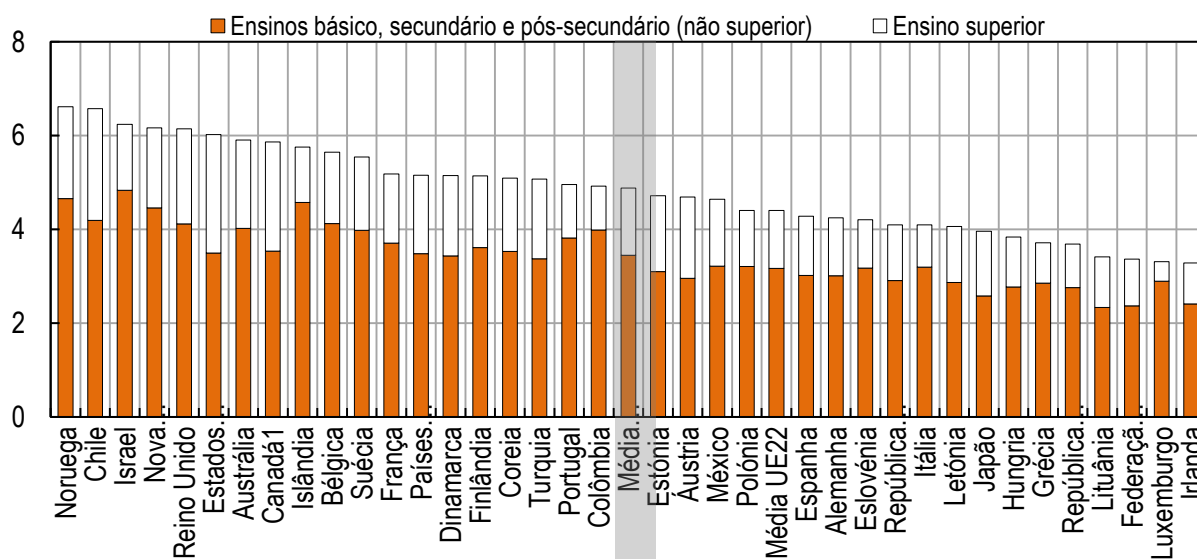
Investir na educação

- A despesa anual por estudante em instituições de ensino fornece uma indicação do investimento que os países fazem em cada estudante. Em 2018, após as transferências do público para o privado, a despesa pública em instituições de ensino básico ao superior por estudante a tempo inteiro em Portugal era de 8.351 dólares norte-americanos, em comparação com uma média de 10.000 nos países da OCDE
- As despesas com serviços educativos de base, tais como as atividades letivas e de formação, constituem a maior parte da despesa em educação. No entanto, os serviços auxiliares (tais como o bem-estar dos estudantes) e as atividades de investigação e desenvolvimento (I&D) também influenciam o custo por estudante. No ensino básico até ao superior, 88% das despesas das instituições por aluno são dedicadas a serviços educativos de base (em comparação com 89% em média nos países da OCDE). Esta percentagem é geralmente mais baixa ao nível do ensino superior, incluindo em Portugal, onde 72% da despesa total é dedicada a serviços educativos de base.
- A oferta de educação através de instituições públicas e privadas influencia a atribuição de recursos entre níveis educativos e entre tipos de instituição. Em 2018, Portugal gastou 10.013 dólares por estudante no ensino básico, secundário e pós-secundário não superior, 442 menos do que a média da OCDE, 10.454 dólares. No ensino superior, Portugal investiu 11.779 dólares por aluno, menos 5.286 do que a média da OCDE. As despesas por aluno em instituições de ensino público são ligeiramente superiores às das instituições privadas em média nos países da OCDE. Este é também o caso em Portugal, onde a despesa total em instituições públicas, do ensino básico até ao superior, ascende a 10.641 dólares por aluno, em comparação com os 8.911 observados em instituições privadas.

- Entre 2012 e 2018, a despesa por aluno do ensino básico ao ensino superior aumentou a uma taxa média anual de crescimento de 1,6% nos países da OCDE. Em Portugal, a despesa com instituições de ensino caiu a uma taxa média anual de 1,1%, enquanto o número de alunos caiu em média 1,7% por ano. Isto resultou numa taxa média de crescimento anual da despesa por aluno de 0,6%, durante este período.
- A parte da riqueza nacional dedicada às instituições de ensino é ligeiramente mais elevada em Portugal do que, em média, entre os países da OCDE. Em 2018, Portugal gastou 5% do seu PIB em instituições do ensino básico ao ensino superior, o que é 0,1 pp mais elevado do que o valor médio observado na OCDE. Ao longo dos níveis de ensino, Portugal dedicou uma percentagem do PIB acima da média da OCDE, no conjunto do ensino não superior, e uma percentagem abaixo da média, a nível do ensino superior (Figura 3).
- A proporção dos custos de capital no total da despesa com educação, em Portugal, é inferior à registada na média dos países da OCDE, qualquer que seja o nível de educação considerado. No ensino básico, secundário e pós-secundário não superior, os custos de capital representam 6% da despesa total em instituições de ensino, 2 pp abaixo da média da OCDE (8%). Ao nível do ensino superior, os custos de capital representam 5%, face a 11% na média dos países da OCDE.
- A remuneração dos professores e outro pessoal empregado nas instituições de ensino representa a maior parte das despesas correntes desde o ensino básico até ao ensino superior. Em 2018, Portugal atribuiu 81% das suas despesas correntes à remuneração do pessoal, em comparação com 74% em média nos países da OCDE. As despesas com o pessoal tendem a representar uma menor proporção das despesas correntes nas instituições de ensino superior devido aos custos mais elevados das instalações e equipamento a este nível. Em Portugal, as despesas com o pessoal representam 71% das despesas correntes no ensino superior, valor que compara com os 84% observados na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário. Em média, nos países da OCDE, as percentagens observadas são, respetivamente, de 68% e 77%.

Figura 3. Despesa total em instituições de ensino em percentagem do PIB (2018)

(Em valores percentuais)



Compare o seu país: <https://www.compareyourcountry.org/education-at-a-glance-2021/en/5/3059+3060+3061+3062+3063+3064/default>

1. A classe "Ensinos básico, secundário e pós-secundário não superior" inclui a educação pré-escolar.

Os países encontram-se por ordem decrescente da despesa total em instituições de ensino em percentagem do PIB.

Fonte: OCDE (2021), Tabela C2.1. Ver a secção da Fonte para mais informações e o Anexo 3 para as notas (https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2021_Annex3_ChapterC.pdf).

Condições de trabalho dos professores

- Os salários dos recursos humanos, em particular, dos professores e dos diretores das escolas, constituem a maior parcela de despesa em educação e formação. Os níveis salariais de professores e diretores têm igualmente um impacto na atratividade da profissão docente. Na maioria dos países e economias da OCDE, os salários oficiais dos professores (e dos diretores das escolas) nas instituições públicas de ensino aumentam com o nível de educação que ensinam² e também com a experiência. Em média, em 2020 os salários oficiais dos professores com qualificações máximas e no topo da carreira (salários máximos) eram entre 86% e 91% superiores aos dos professores com as qualificações mínimas e no início da sua carreira (salários mínimos) na educação pré-escolar (ISCED 02), ensino básico e cursos científico-humanísticos do ensino secundário. Em Portugal, os salários máximos eram 116% mais elevados do que os salários mínimos em cada nível de ensino (Figura 4). No entanto, a maioria dos professores auferem vencimentos intermédios, entre estes valores mínimos e máximos.
- Em média nos países da OCDE, entre 2005 e 2020, os salários oficiais dos professores do ensino básico e secundário, com 15 anos de experiência e as qualificações mais frequentes, aumentaram entre 2% e 3%, apesar de uma diminuição dos salários na sequência da crise financeira de 2008. Em Portugal, os salários dos professores diminuíram 6%.
- Os salários atuais dos professores refletem os seus salários oficiais e pagamentos adicionais relacionados com o seu trabalho. Os salários atuais médios dependem também das características da população docente, tais como a idade, o nível de experiência e o nível de qualificação. Em Portugal, os salários atuais médios dos professores ascendem a 50.207

² N.T.: Não é o caso de Portugal, onde a carreira de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário é única.

dólares na educação pré-escolar (ISCED 02), 45.600 no conjunto do 1.º e 2.º ciclos do ensino básico [ISCED 1], 45.192 no 3.º ciclo do ensino básico [ISCED 2] e 48.686 no ensino secundário (cursos científico-humanísticos) [ISCED 3, *general courses*]. Em média, nos países da OCDE, os salários médios atuais dos professores eram de, respetivamente, 40.707 [ISCED 02], 45.687 [ISCED 1], 47.988 [ISCED 2] e 51.749 [ISCED 3, *general courses*]³ dólares norte-americanos (Figura 4).

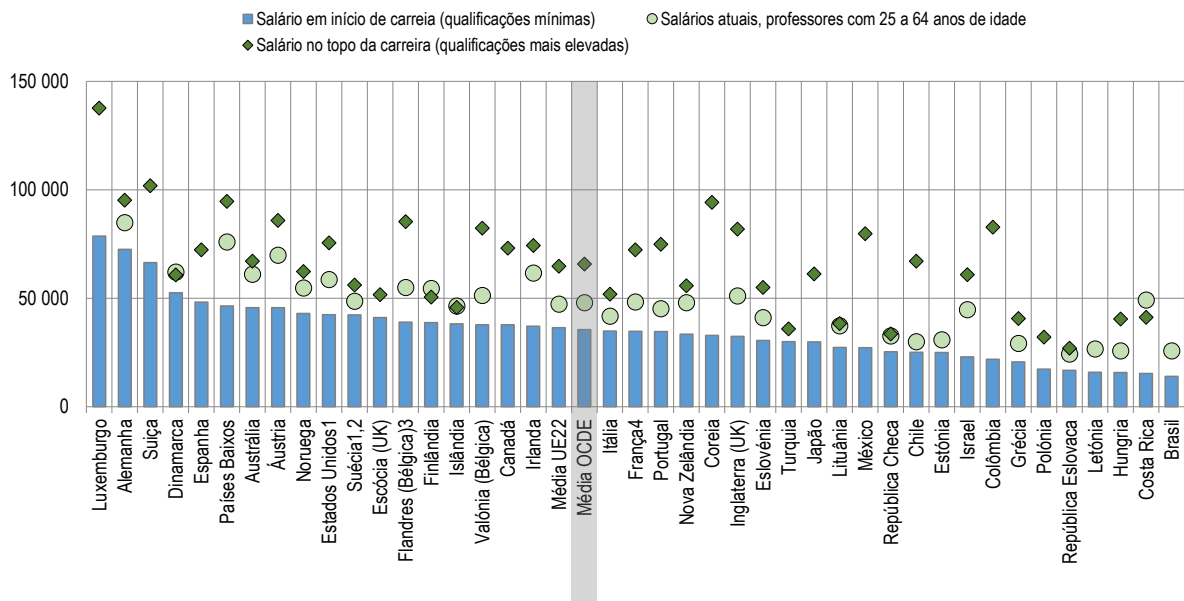
- Os salários médios atuais dos professores permaneceram inferiores aos dos trabalhadores com habilitações superiores em quase todos os países e em quase todos os níveis de ensino. Os salários médios atuais dos educadores de infância (ISCED 02) e dos professores dos ensinos básico e secundário situam-se entre 81% e 96% dos rendimentos dos trabalhadores com formação superior, em média, nos países e economias da OCDE. Em Portugal, a proporção varia entre 133% e 148%, na educação pré-escolar, no ensino básico e cursos científico-humanísticos do ensino secundário.
- Contudo, existem diferenças significativas nos salários relativos que auferem professores e professoras, devido à diferença de género nos rendimentos médios obtidos no mercado de trabalho (os salários oficiais são iguais para professores e professoras nas instituições públicas de ensino). Em comparação com os salários dos trabalhadores com habilitações superiores do mesmo sexo, os salários médios atuais dos professores são mais elevados para as mulheres, e mais reduzidos para os homens. Em Portugal, a proporção varia de 155% a 168% para as mulheres (98% a 110% em média nos países e economias da OCDE), e de 112% a 119% para os homens (76% a 85% em média nos países e economias da OCDE), no ensino básico e nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário.
- O número médio de horas letivas por ano exigido a um professor, em instituições públicas de ensino nos países da OCDE, tende a diminuir à medida que o nível de ensino aumenta: em 2020, variou entre 989 horas na educação pré-escolar (ISCED 02), 791 horas no conjunto dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 723 horas nos cursos gerais do 3.º ciclo do ensino básico e 685 horas nos cursos gerais do ensino secundário. Em Portugal, o tempo de trabalho dos professores em ambiente de sala de aula é de 885 horas por ano na educação pré-escolar, 797 horas nos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico, 649 horas no 3.º ciclo do ensino básico e 649 horas nos cursos científico-humanísticos do ensino secundário.
- Durante o seu tempo de trabalho, os professores também desempenham várias tarefas fora do ambiente de sala de aula, tais como planeamento e preparação de aulas, marcação do trabalho dos alunos e comunicação ou cooperação com os pais ou encarregados de educação. No 3.º ciclo do ensino básico, os professores em Portugal dedicam 48% do seu tempo de trabalho estatutário à atividade letiva, em comparação com 44%, em média, entre os países com dados disponíveis.
- Em média, nos países da OCDE, cerca de 35% dos professores dos ensinos básico e secundário têm pelo menos 50 anos de idade e atingirão a idade da reforma na próxima década, enquanto se prevê que a população em idade escolar aumente em alguns países, colocando muitos governos sob pressão para formar e recrutar novos professores. Em 2019, 44% dos professores dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico em Portugal tinham pelo menos 50 anos de idade, valor superior à média na OCDE (33%). Em média nos países da OCDE, a proporção de professores com pelo menos 50 anos de idade aumenta com o nível de ensino, para 36% no

³ N.T.: Nos termos da classificação internacional ISCED 2011: (i) o 1.º e 2.º ciclos do ensino básico encontram-se agregados num único nível de ensino (ISCED 1); (ii) os professores do 3.º ciclo do ensino básico e do ensino secundário, que em Portugal encontram-se formalmente organizados num mesmo ciclo de docência, encontram-se desagregados em dois níveis de ensino – *ISCED 2, Lower secondary education* (3.º ciclo do ensino básico) e *ISCED 3, Upper secondary education* (ensino secundário).

3.º ciclo do ensino básico e 40% no ensino secundário. Em Portugal, esta proporção varia entre 50% no 3.º ciclo do ensino básico e 44% no ensino secundário.

Figura 4. Salários atuais médios dos professores do 3.º ciclo do ensino básico, em comparação com os salários oficiais no início e no topo de carreira (2020)

Salários oficiais anuais dos professores em instituições públicas, em USD equivalentes (conversão utilizando a paridade de poder de compra – PPP)



Compare o seu país: <https://www.compareyourcountry.org/education-at-a-glance-2021/en/7/all/default>

Nota: Os salários atuais incluem prémios e subsídios.

- Salários atuais de base.
- Salários no topo da carreira e as qualificações mínimas, em vez das qualificações máximas.
- Salários no topo da carreira e as qualificações mais frequentes, em vez das qualificações máximas.
- Inclui a média de retribuições relativas a horas extraordinárias.

Os países e economias encontram-se por ordem decrescente de salários iniciais para professores do 3.º ciclo do ensino básico com as qualificações mínimas.

Fonte: OCDE (2021), Tabela D3.3 e base de dados do *Education at a Glance*, <http://stats.oecd.org>. Ver a secção da Fonte para mais informações e o Anexo 3 para as notas (https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2021_Annex3_ChapterD.pdf).

Referências

OECD (2021), *Education at a Glance 2021: OECD Indicators*, OECD Publishing, Paris, <https://dx.doi.org/10.1787/69096873-en>.

OECD (2021), “Regional education”, *OECD Regional Statistics (database)*, <https://dx.doi.org/10.1787/213e806c-en> (accessed on 27 July 2021).

OECD (2021), “*The state of global education – 18 months into the pandemic*”, OECD Publishing, Paris, <https://doi.org/10.1787/1a23bb23-en>.

Mais informações

Para mais informações sobre o **Educação em Relance 2021** e para aceder ao conjunto completo de Indicadores, visite: <https://doi.org/10.1787/b35a14e5-en>

Para mais informações sobre a metodologia utilizada durante a recolha de dados para cada indicador, as referências para as fontes e as notas específicas para cada país, ver o Anexo 3 (https://www.oecd.org/education/education-at-a-glance/EAG2021_Annex3.pdf).

Para informações gerais sobre a metodologia, por favor consulte o Manual da OCDE para Estatísticas de Educação Comparada Internacionalmente: Conceitos, Normas, Definições e Classificações (*OECD Handbook for Internationally Comparative Education Statistics: Concepts, Standards, Definitions and Classifications*) (<https://doi.org/10.1787/9789264304444-en>).

Os dados atualizados podem ser encontrados online em <http://dx.doi.org/10.1787/eag-data-en> e seguindo os *StatLinks* por baixo das tabelas e gráficos da publicação.

Os dados sobre regiões (subnacionais) para indicadores selecionados estão disponíveis em Estatísticas Regionais da OCDE (*OECD Regional Statistics*) (base de dados) (OCDE, 2021). Ao interpretar os resultados sobre entidades subnacionais, os leitores devem ter em conta que a dimensão da população de cada uma das entidades subnacionais pode variar muito dentro de cada país. Além disso, as disparidades regionais tendem a ser mais elevadas quanto mais elevado for o número de entidades subnacionais utilizadas na análise.

Explore, compare e visualize mais dados e análises utilizando o *Education GPS*:

<https://gpseducation.oecd.org/>

Os dados sobre respostas educacionais durante a COVID-19 foram recolhidos e processados pela OCDE com base no *Survey on Joint National Responses to COVID-19 School Closures*, um esforço de colaboração conduzido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Banco Mundial; e a OCDE.

<p>Os pedidos de informação devem ser dirigidos a:</p> <p>Marie-Helene Doumet Directorate for Education and Skills marie-helene.doumet@oecd.org</p>	<p>Autores do County Note – Portugal:</p> <p>Etienne Albiser, Heewoon Bae, Andrea Borlizzi, António Carvalho, Eric Charbonnier, Corinne Heckmann, Bruce Golding, Yanjun Guo, Gara Rojas Gonzalez, Daniel Sanchez Serra, Markus Schwabe and Giovanni Maria Semeraro</p>
--	---

Este trabalho é publicado sob a responsabilidade do Secretário-Geral da OCDE. As opiniões expressas e os argumentos utilizados não refletem necessariamente as opiniões oficiais dos países membros da OCDE.

Este documento e qualquer mapa aqui incluído não afetam o estatuto ou a soberania sobre qualquer território, a delimitação de fronteiras e limites internacionais e o nome de qualquer território, cidade ou área.

Os dados estatísticos para Israel são fornecidos pelas autoridades israelitas competentes e são da responsabilidade das mesmas. O uso de tais dados pela OCDE não afeta o estatuto dos Montes Golan, de Jerusalém Oriental e dos colonatos israelitas na Cisjordânia, sob os termos do direito internacional.

A utilização desta obra, seja digital ou impressa, é regida pelos termos e condições que podem ser encontrados em: www.oecd.org/termsandconditions/.

Esta tradução é publicada por acordo com a OCDE. Não é uma tradução oficial da OCDE. A qualidade da tradução e a sua coerência com o texto original são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) da tradução. No caso de qualquer discrepância entre o texto original e a tradução, apenas o texto original será considerado válido.